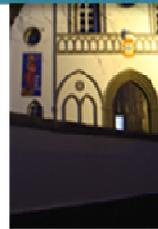
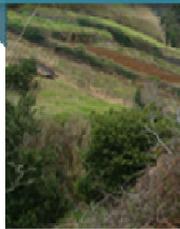
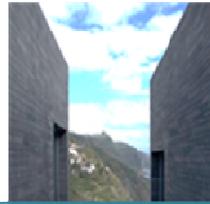




1.ª REVISÃO DO
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL
CALHETA

RESUMO NÃO TÉCNICO | RELATÓRIO AMBIENTAL



JULHO DE 2012



ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	METODOLOGIA	2
3.	DESCRIÇÃO DO OBJECTO DE AVALIAÇÃO	4
3.1.	Descrição do Plano Director Municipal.....	4
3.2.	Objectivos da revisão do PDM	5
4.	IDENTIFICAÇÃO DOS FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)	9
4.1.	Objectivos de Sustentabilidade e Indicadores para cada FCD.....	10
5.	SITUAÇÃO ACTUAL, TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO E EFEITOS.....	16
6.	MEDIDAS DE GESTÃO E CONTROLO	25
6.1.	Medidas de Gestão	25
6.1.1.	Governança	26
6.1.2.	Biodiversidade e Paisagem	29
6.1.3.	Desenvolvimento Humano.....	31
6.1.4.	Dinâmicas Socioeconómicas	34
6.1.5.	Ordenamento do Território	35
6.1.6.	Valorização Ambiental e Cultural	38
6.1.7.	Alterações Climáticas e Energia.....	41
6.1.8.	Riscos Naturais e Tecnológicos.....	41
6.2.	Medidas de Controlo.....	44
7.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	67

ÍNDICE DE QUADROS

Figura 1 - Metodologia geral que se preconiza para a presente Avaliação Ambiental... 3

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - FCD identificados e sua descrição.	9
Quadro 2 - Objectivos de sustentabilidade e Indicadores por FCD.	11
Quadro 3 - Medidas de controlo por FCD.....	45



1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 1.ª revisão do Plano Director Municipal da Calheta (PDMC), dando cumprimento ao estipulado no Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio.

De acordo com o Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, na sua actual redacção, e o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, a 1.ª revisão do PDMC encontra-se sujeita a Avaliação Ambiental. Este enquadramento legal define como responsável pela AAE o proponente do plano a avaliar, neste caso a Câmara Municipal da Calheta.

O Relatório Ambiental foi antecedido pelo Relatório da Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental e Análise dos Factores Críticos para a Decisão, estabelecendo a metodologia de abordagem a utilizar, os Factores Críticos para a Decisão (FCD), respectivos critérios, objectivos de sustentabilidade e indicadores que foram utilizados no desenvolvimento do Relatório Ambiental.

O presente RNT condensa os principais resultados obtidos, nomeadamente os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da 1.ª revisão do PDMC, sendo precedido de uma breve descrição da metodologia utilizada e do objecto da avaliação.

Pretende-se que os resultados da AAE que agora se apresentam constituam um contributo para a integração de preocupações ambientais e de sustentabilidade na versão final do PDMC revisto, e na discussão dos impactes territoriais que lhe estão subjacentes. A AAE tem sobretudo o papel facilitador deste processo, através da identificação de ameaças e de situações de oportunidade ambiental e de sustentabilidade.



2. METODOLOGIA

Na Figura 1 sintetiza-se a metodologia geral que se preconiza para a presente Avaliação Ambiental, em que se evidencia a interligação com as actividades da 1.ª revisão do PDMC com a própria Avaliação Ambiental Estratégica, alvo, no entanto, de relatório separado.

Tal como definido pelo instrumento regulador no seu Artigo 5.º, a AAE iniciou-se com a fase de Definição de Âmbito e Identificação de Factores Críticos. Esta fase foi crucial para o bom desempenho da AAE e teve como objectivos definir o quadro estratégico de referência para a AAE, determinar as questões de avaliação e factores ambientais significativos e identificar o público-alvo para consulta, bem como a metodologia a adoptar para a componente de participação do público.

No final desta fase, foi solicitado parecer às entidades: Secretaria Regional do Equipamento Social, Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM – Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, Secretaria Regional do Turismo e Transportes. Serviço Regional de Protecção Civil, IP_RAM, Serviço do Parque Natural da Madeira, IGA – Investimentos e Gestão da Água, S.A., Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A., RAMEDM – Estradas da Madeira, S.A.. Nem todas as entidades consultadas emitiram parecer.

Na segunda fase, procedeu-se à elaboração da versão preliminar do Relatório Ambiental para Consultas das Entidades e respectivo Resumo Não Técnico (RNT), onde foi analisada a situação existente, os efeitos significativos sobre o ambiente resultantes da concretização da 1.ª revisão do PDMC em análise e, conseqüentemente, são propostas medidas de gestão e controlo, com o intuito de preparar e antecipar alguns dos efeitos potencialmente adversos da 1.ª revisão do PDMC.

Esta versão preliminar do RA foi enviada para as entidades consideradas relevantes para emissão de Parecer. Após a recepção dos pareceres, procedeu-se à elaboração da versão final do RA e respectivo RNT incorporando, de um modo geral, os contributos efectuados pelas Entidades na versão preliminar do mesmo.

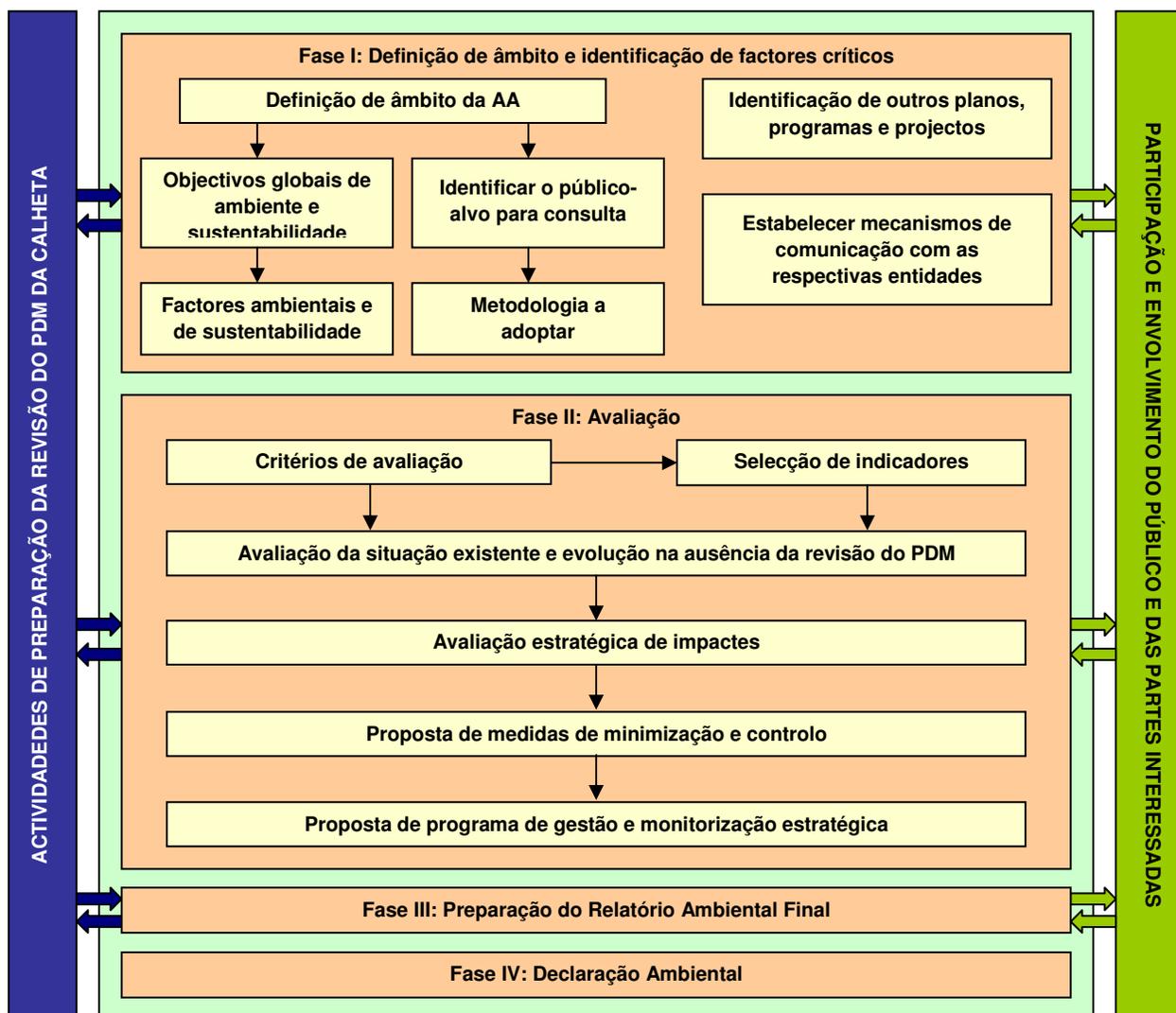


Figura 1 - Metodologia geral que se preconiza para a presente Avaliação Ambiental.



3. DESCRIÇÃO DO OBJECTO DE AVALIAÇÃO

3.1. Descrição do Plano Director Municipal

O Plano Director Municipal é um instrumento do ordenamento do território desenvolvido com o objectivo de planear o uso e ocupação do solo do município da Calheta na Região Autónoma da Madeira. É o instrumento base de ordenamento de todo o território do município, integrando também as orientações estratégicas do modelo de desenvolvimento do concelho, através da definição de estratégias de planeamento e gestão urbanísticas. Deste modo, pretende-se desenvolver e definir, ao nível do PDM, princípios e normas de uso dos solos que integrem uma visão de utilização racional do território, devendo este plano ser compatibilizado com aqueles hierarquicamente superiores. Nesta linha, a revisão do PDM deverá integrar também regras que serão directamente aplicáveis ao nível das unidades operativas de planeamento e gestão que vierem a ser propostas.

O Plano Director Municipal da Calheta entrou em vigor em 2005 e foi ratificado pela Resolução do Governo Regional da Madeira n.º 3/2005/M, de 29 de Março.

A 1.ª revisão do PDM da Calheta ocorre num período de mudança, em que existe um esforço de adaptação dos novos PDM (designados de 2.ª geração) às novas realidades e dinâmicas do território. Esta adaptação inclui uma redefinição dos espaços mais rigorosa, com a utilização de novas ferramentas e tecnologias e, conseqüentemente, a definição de novos modelos de desenvolvimento do território, ajustados às novas realidades económica, social, biofísica, cultural, etc. Neste enquadramento, cerca de seis anos depois da aprovação do PDM da Calheta, sentiu-se a necessidade de proceder a uma revisão do mesmo, na sequência das razões acima referidas.



3.2. Objectivos da revisão do PDM

A 1.ª revisão do PDM da Calheta tem por objectivos:

- a) Adequar a nível local, o quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional;
- b) Ajustar o Plano à realidade do concelho, atendendo às necessidades da população;
- c) Proceder à sua articulação com outros Planos Municipais de Ordenamento do Território em elaboração;
- d) Articular as políticas sectoriais com incidência local, criando a base para uma gestão programada do território municipal;
- e) Realçar a importância que nos dias de hoje representa a definição da estrutura ecológica municipal, bem como os princípios e regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural;
- f) Salvaguardar e preservar o património natural e construído, protegendo adequadamente a paisagem, prestando particular atenção às zonas mais sensíveis do litoral e às áreas de Laurissilva do concelho, respeitando a delimitação das zonas concelhias integradas na Rede Natura 2000 e outras áreas classificadas.
- g) Criar e integrar os princípios e critérios subjacentes a opções de localização de infra-estruturas, equipamentos, serviços, funções e critérios de localização e distribuição das actividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- h) Procurar promover a racionalização do uso da água e a utilização de fontes energéticas renováveis.

A 1.ª revisão do PDMC deverá constituir, acima de tudo, uma oportunidade para pensar o concelho a médio/longo prazo, de uma forma integrada e global face ao contexto regional.

Tendo por base os objectivos da 1.ª revisão do PDM da Calheta (PDMC), foi identificado um conjunto de **Questões Estratégicas** (QE) estruturantes às quais a 1.ª revisão do PDMC tem que dar resposta:



- 1.** Dotar o município de equipamentos colectivos, serviços especializados, infra-estruturas (nomeadamente no que diz respeito à rede viária, eléctrica e saneamento) e demais condições capazes de aumentarem a atractividade do concelho, promovendo o investimento diversificado e a dinamização e modernização económica, com a criação de novos empregos;
- 2.** Requalificar a estrutura urbana de forma coerente e hierarquizada, promovendo a consolidação dos aglomerados urbanos, garantindo a necessária conexão entre as diversas áreas do município, mas tendo em consideração as especificidades de cada área, permitindo aos habitantes identificarem-se com o local onde residem e adoptando soluções de optimização dos custos urbanísticos. A consolidação e conexão dos aglomerados urbanos poderá ser motivada pela definição de Unidades de Gestão Local nos diferentes aglomerados populacionais. Estas unidades poderão constituir-se como núcleos de participação dos moradores, com a coordenação de técnicos, de forma a compatibilizar os objectivos de ordenamento municipais com as necessidades identificadas pelos residentes. A complementar as referidas Unidades de Gestão Local poderão ser implementadas ligações suaves (sem automóvel) individuais ou colectivas que promovam o contacto entre os aglomerados e satisfaçam demais necessidades;
- 3.** Compatibilizar a 1.ª revisão do PDM com os planos hierarquicamente superiores e articular com outros Planos Municipais de Ordenamento do Território, de acordo com uma cartografia do território adequada e actualizada, que garanta uma diversificação dos padrões de ocupação do uso do solo, na dupla perspectiva da sua compatibilização e integração e, por outro lado, da criação de uma estrutura mista equilibrada e ambientalmente sustentável, integrada com regras de edificação e urbanização adequadas;
- 4.** Apostar no desenvolvimento do sector energético, em particular em fontes de energia renováveis e ao nível da promoção da eficiência energética;
- 5.** Apostar numa política de defesa, preservação e valorização do património natural e cultural do concelho, através da qualificação ambiental do município.



Essa qualificação deverá passar pela definição de uma estrutura ecológica municipal que salvguarde a continuidade das estruturas naturais, pela criação e manutenção de espaços verdes, requalificação de áreas agrícolas abandonadas (com recuperação dos seus elementos de suporte, como os muros dos poios, e das estruturas de circulação, como as escadas e caminhos), requalificação das áreas florestais com adequação das espécies e associações vegetais às condições edafoclimáticas e geomorfológicas, pelo reforço dos traços identitários da população local e pela inventariação do património e pela delimitação das áreas de Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. As vias tradicionais, veredas, levadas e demais elementos patrimoniais que liguem os aglomerados populacionais deverão ser aproveitados para integrar a estrutura ecológica municipal e criar vias de circulação suave entre as populações;

6. Apostar no desenvolvimento e reforço de um Turismo de qualidade e excelência, através do produto turístico diversificado “mar/serra” que o concelho oferece, aliado à valorização paisagística, natural e cultural;
7. Aliar ao município e à sua imagem um eixo estratégico de promoção permanente da qualidade através da:
 - Promoção da competitividade das empresas, cuja maioria são microempresas;
 - Apoio aos jovens empresários, como combate ao envelhecimento populacional;
 - Modernização tecnológica e aumento de valor dos produtos, visando alterar a situação actual onde a maioria das empresas são de baixo índice tecnológico/ inovação e colocam no mercado produtos de baixo valor acrescentado;
 - Criação de instrumentos financeiros de apoio e incentivos de outra ordem;
 - Formação para a inovação e profissionalização, combatendo a baixa especialização educativa actual;
 - Promoção e adaptação de normas comuns à legislação comunitária.



8. Desenvolver um eixo estratégico de promoção da sustentabilidade, designadamente através do:

- Desenvolvimento de infra-estruturas de que o município está carenciado;
- Conservação e valorização do património, na sequência do que já hoje sucede em algumas iniciativas turísticas;
- Diversificação económica e procura de actividades complementares à agricultura e turismo;
- Desenvolvimento de espaços empresariais, dando sequência aos que já se encontram em projecto.

Os **Factores Ambientais** (FA) definem o âmbito ambiental relevante dado o alcance e a escala do plano ou programa em avaliação. Os FA considerados na presente análise são os legalmente definidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, na sua actual redacção, alínea e), n.º 1, Artigo 6.º, no que respeita à “biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, factores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitectónico e arqueológico, paisagem e inter-relação entre todos estes factores”.



4. IDENTIFICAÇÃO DOS FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)

A identificação dos FCD resultou de uma análise integrada do QRE, das QE, dos FA e das especificidades do concelho da Calheta.

Os FCD reflectem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos factores fundamentais a serem considerados no processo de decisão, na concepção das opções estratégicas da 1.ª revisão do PDMC e das acções que as implementam. O Quadro 1 apresenta os FCD identificados e respectiva descrição sumária.

Quadro 1 - FCD identificados e sua descrição.

FCD	Descrição Sumária
Governança	Pretende-se com este FCD avaliar o contributo da 1.ª revisão do PDMC para uma melhor Governança, nomeadamente ao nível: do fomento da participação pública; do acesso à informação pelos agentes sociais, em particular, da população; do aumento do rigor dos espaços, em particular através da utilização das novas tecnologias da comunicação e informação; do desenvolvimento de interacções entre os agentes sociais, assentes numa base de partilha de responsabilidade; e na compatibilização do PDM revisto com outros instrumentos de gestão territorial, instrumentos estratégicos relevantes e quatros legislativos aplicáveis.
Biodiversidade e Paisagem	A biodiversidade e a paisagem possuem uma grande relevância no território em questão, dada a existência de importantes valores naturais e paisagísticos. Pretende-se com este FCD avaliar o contributo da 1.ª revisão do PDMC para a preservação, conservação e valorização dos ecossistemas e do património natural e paisagístico existente no município da Calheta.
Desenvolvimento Humano	Este factor destina-se a avaliar o contributo das opções socioeconómicas da 1.ª revisão do PDMC para a valorização do potencial humano e a qualidade de vida das populações, quer em termos de rendimento disponível e emprego, quer em termos do aumento das suas qualificações, mas também como forma de prevenção do risco relativamente às condições sociais das populações residentes.
Dinâmicas Socioeconómicas	Este factor destina-se a avaliar o contributo da 1.ª revisão do PDMC: para a diversificação do tecido produtivo e, conseqüentemente a atractividade do concelho; para o aumento do emprego e; para a promoção de uma política integrada de planeamento, uso e gestão do solo.
Ordenamento do Território	Pretende-se com a definição deste FCD avaliar o contributo da 1.ª revisão do PDM para a dinâmica do território, a influência das acções preconizadas nesta 1.ª revisão em algumas das componentes chave do ordenamento e gestão do território e as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da 1.ª revisão do PDMC na melhoria da qualidade de vida urbana.



FCD	Descrição Sumária
Valorização Ambiental e Cultural	Pretende-se com este FCD avaliar, por um lado, as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da 1.ª revisão do PDMC na qualidade do ambiente no município, nomeadamente quais as implicações das acções propostas na qualidade do ar, água, ruído, gestão de resíduos e espaços verdes. Por outro lado, pretende também avaliar o contributo da 1.ª revisão do PDM para a valorização e preservação do Património cultural classificado e em vias de classificação, assim como património cultural, arqueológico e etnográfico não classificado.
Alterações Climáticas e Energia	Pretende-se com este FCD avaliar o contributo da 1.ª revisão do PDMC para: o fomento da utilização das energias renováveis; a implementação de uma estratégia de eficiência energética para o concelho; e para fazer face aos riscos colocados pela problemática das alterações climáticas, nomeadamente ao nível dos incêndios e da biodiversidade.
Riscos Naturais e Tecnológicos	Dadas as características do concelho da Calheta, com este FCD pretende-se avaliar os riscos associados a ocorrências de cheias e inundações, de escorregamentos e queda de blocos e ao recuo da linha de costa por erosão.

4.1. Objectivos de Sustentabilidade e Indicadores para cada FCD

Para cada FCD foram definidos objectivos de sustentabilidade e indicadores respectivos, que pretendem conferir uma dimensão analítica aos FCD. Os objectivos e indicadores estabelecem o âmbito da avaliação e o nível de pormenor da informação analisada. O Quadro 2 apresenta o conjunto de objectivos de sustentabilidade e indicadores identificados por FCD.



Quadro 2 - Objectivos de sustentabilidade e Indicadores por FCD.

	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores
Governança	<ul style="list-style-type: none">• Fomentar a participação pública• Facilitar o acesso à informação• Aumentar o rigor das delimitações dos espaços• Partilha de responsabilidade• Compatibilização com outros instrumentos de gestão territorial, instrumentos estratégicos relevantes e quadros legislativos aplicáveis	<ul style="list-style-type: none">• N.º e tipologia de agentes sociais envolvidos• N.º de formas de interacção• N.º de locais com informação disponível• N.º de acções de formação realizadas• Percentagem de utilização de novas tecnologias da comunicação e informação• N.º e tipologia de interacções existentes entre os agentes sociais• Compatibilização com outros instrumentos de gestão territorial, instrumentos estratégicos relevantes e quadros legislativos aplicáveis
Biodiversidade e Paisagem	<ul style="list-style-type: none">• Assegurar a conservação dos ecossistemas e do património natural• Preservação e valorização do património natural• Proteger o carácter e a diversidade da paisagem• Assegurar os corredores ecológicos• Efectivar medidas de gestão florestal• Assegurar a compatibilização com o ordenamento e as opções de gestão do Parque Natural da Madeira e os sítios integrados na Rede Natura• Reforço da identidade do território	<ul style="list-style-type: none">• Área ocupada por matos de altitude• Presença de articulado referente à protecção do Zambujal junto à ZEC Moledos – Madalena do Mar• Presença de articulado referente à protecção da espécie <i>Chamaemeles coriacea</i>• Presença de articulado referente à recuperação de vegetação indígena• Área ocupada por EEM• Presença de RAN e REN nas condicionantes do PDM da Calheta• Área ocupada por REN• Área ocupada por RAN• Presença de normas gerais para a EEM no PDM da Calheta• Área ocupada por Laurissilva• Delimitação, na Planta de Condicionantes, da ZEC Moledos - Madalena do Mar• Presença de articulado referente ao turismo de mar/serra no Regulamento



	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores
Desenvolvimento Humano	<ul style="list-style-type: none">• Melhorar a coesão económica e social• Aumentar o rendimento disponível• Qualificar o nível de vida	<ul style="list-style-type: none">• N.º de implementações de actividades económicas em espaços disponíveis não habitados• Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e seus sub-índices• Índice do Poder de Compra• Ganho médio da população• Criação da Agência de Desenvolvimento• N.º de acções de reabilitação de edifícios• N.º de acções de reabilitação do parque habitacional• N.º de acções de requalificação dos espaços públicos• N.º de áreas pedonais e cicláveis• N.º de transportes públicos• N.º de campanhas realizadas• N.º de inquéritos realizados às populações• N.º de actividades de lazer e tempos livres/ estrato etário• Incentivos não financeiros para os jovens
Dinâmicas Socioeconómicas	<ul style="list-style-type: none">• Diversificar o tecido produtivo• Aumentar a atractividade• Aumentar o emprego• Promover uma política integrada de planeamento, uso e gestão do solo	<ul style="list-style-type: none">• Evolução sectorial do volume de negócios das empresas• N.º de instrumentos financeiros / não financeiros• Plano de Marketing Público para atracção de empresas• N.º de acções profissionais nas áreas de alta e média tecnologia• Índice de emprego ou pessoal ao serviço nas empresas• Taxa de empregabilidade de recursos humanos altamente qualificados• Projectos e acções desenvolvidos por categoria de espaço• Apoios a melhoria de acessibilidades• Planos de protecção e gestão de áreas rurais com condições desfavorecidas ou de elevado valor natural



	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores
Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none">• Promover uma política integrada e coordenada de ordenamento, gestão e planeamento do território, que vise assegurar quer a sua protecção, valorização e qualificação ambiental e paisagística, quer o seu desenvolvimento económico e equidade social• Controlar a dinâmica de urbanização e edificação• Reduzir a dispersão urbana• Diminuir as assimetrias territoriais e sociais• Assegurar a compatibilização com os planos de ordenamento do território hierarquicamente superiores• Assegurar a compatibilização com o ordenamento e as opções de gestão do Parque Natural da Madeira e os sítios integrados na Rede Natura• Localizar as áreas industriais em locais adequados• Controlar os processos de erosão do solo, promovendo um desenvolvimento rural sustentado e a reconversão para agricultura biológica	<ul style="list-style-type: none">• Presença de EEM no PDM da Calheta• Solo impermeabilizado em RAN e REN• Presença de definição das Unidade Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) definidas na proposta de Regulamento• Plano de Pormenor (PP)/ Plano de Urbanização (PU) das UOPG definidas• Presença de definição das UOPG da Ponta do Pargo no Regulamento• PU do Campo de Golfe da Ponta do Pargo• Definição de Áreas Turísticas em PDM, tanto em solo rural como urbano• N.º de empreendimentos turísticos nas áreas turísticas• Presença de definição da UOPG de Paúl do Mar e Jardim do Mar no Regulamento• PP/ (PU) do Paúl do Mar e Jardim do Mar• Presença de delimitação de áreas residenciais em meio rural que se localizem em áreas de densificação do povoamento periurbano• Protecção do Domínio Hídrico com definição em PDM do mesmo em DPH e dentro da EEM e da categoria de Espaços Naturais• Definição em PDM de troços e cabeceiras de linhas de água específicos do concelho da Calheta enquanto áreas a necessitar de requalificação• Delimitação, na Planta de Condicionantes, da REN e da RAN• Presença de categoria relativa a zonas industriais/empresariais no Regulamento e Planta de Ordenamento• Presença da Carta de Risco do concelho no PDM da Calheta• Distinção de áreas agrícolas em uso e áreas agrícolas abandonadas no Regulamento e Planta de Ordenamento• Presença em PDM de incentivos aos modos de produção tradicionais e biológicos ou integrados• Área agrícola reconvertida



	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores
Valorização Ambiental e Cultural	<ul style="list-style-type: none">• Garantir uma boa qualidade do ar• Redução do ruído ambiente• Garantir a fiabilização e modernização dos sistemas públicos de abastecimento de água e a efectiva cobertura e a qualidade dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais• Promover uma gestão integrada e sustentável dos resíduos• Melhoria da rede viária, da mobilidade da população e do desenvolvimento de freguesias mais periféricas• Preservação e valorização do património arqueológico e arquitectónico• Reforço da identidade do território• Promover um programa de dinamização cultural em redor do património e cultura local• Promover ganhos sociais e económicos através de uma política de gestão de património• Dotar os órgãos políticos do concelho de ferramentas de apoio à decisão sobre políticas culturais e projectos a desenvolver	<ul style="list-style-type: none">• Índice de qualidade do ar• N.º de dias em que se verificam excedências às normas da qualidade do ar• N.º de situações em que o valor de ruído medido superou o estabelecido em RGR• Percentagem de população exposta a níveis sonoros superiores aos permitidos na legislação• Qualidade da água superficial e subterrânea• N.º de incumprimentos existentes ao nível da qualidade da água de abastecimento em relação à legislação em vigor• Percentagem de população servida por sistema de abastecimento de água no concelho• Percentagem de população servida por sistema de recolha e tratamento de águas residuais no concelho• Percentagem de população servida por um sistema de recolha selectiva de RSU no concelho• Quantidade de RSU, plástico, papel e vidro produzidos por habitante no concelho• N.º de novas vias• Tempo médio de deslocação entre freguesias• Equipamentos e infra-estruturas construídos na freguesia da Ponta do Pargo• Áreas arqueológicas identificadas• Imóveis com interesse patrimonial identificados• N.º de acções (inventários, acções de divulgação, etc.) dirigidas ao conhecimento das tradições locais• Classificação de espaços turísticos, em PDM, assegurando a ligação dos mesmos à identidade cultural e elementos patrimoniais• Acções de formação na área de antigos ofícios• Gabinete Técnico de Património Cultural, reconhecido em PDM, e integrando a componente de Turismo• Processos de participação pública no decorrer da 1.ª revisão do PDM



	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores
Alterações Climáticas e Energia	<ul style="list-style-type: none"> Promover a produção e o consumo de energias alternativas e o aproveitamento dos recursos endógenos renováveis Promover a eficiência energética Assegurar a protecção das zonas urbanas contra incêndios Assegurar a conservação dos ecossistemas e <i>habitats</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de produção energética renovável/ não renováveis Receitas do município provenientes da produção de energia eólica Estratégia de promoção para as energias alternativas e eficiência energética Consignação em PDM de espaços cujo uso compatível inclui a implementação de infra-estruturas de energias renováveis Área destinada em planta de ordenamento para a implantação de infra-estruturas de produção de energia renovável Taxa de consumo de energia renovável N.º de edifícios com certificação energética Estratégia de promoção para as energias alternativas e eficiência energética Emissões de GEE por actividade emissora Consideração da carta de risco na planta de ordenamento N.º de zonas de protecção criadas entre as áreas florestais e as zonas urbanas Articulado no PDM que crie perímetros de protecção entre áreas florestais e áreas urbanas Articulado no PDM que incida sobre normas de construção de edificado adjacente a áreas florestais com materiais resistentes ao fogo N.º de incêndios em áreas urbanas N.º depósitos de reserva de água para abastecimento, com dimensão mínima de 4.000 litros Avanço da floresta de Laurissilva em altitude Estrutura flexível de protecção de ecossistemas e biodiversidade
Riscos Naturais e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> Minimizar os impactes das cheias Minimizar os impactes dos escorregamentos e queda de blocos 	<ul style="list-style-type: none"> Consideração da carta de risco na planta de ordenamento N.º de ocorrências de cheias Taxa de recuo da linha de costa por erosão



5. SITUAÇÃO ACTUAL, TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO E EFEITOS

Foi efectuado um breve diagnóstico da situação actual para os FCD identificados anteriormente, de forma a contribuir para identificar e avaliar os efeitos significativos associados à proposta da 1.ª revisão do PDMC, tendo sido igualmente descrita a sua evolução expectável com a implementação da 1.ª revisão do PDMC e sem a implementação da 1.ª revisão do PDM, ou seja, a análise de tendências em ambos os cenários.

Posteriormente foram identificados e descritos os principais efeitos que advêm da implementação da 1.ª revisão do PDM. De forma a sistematizar a informação relativa aos efeitos, são apresentados quadros-resumo na sequência da descrição dos mesmos feita para cada FCD. No interior do quadro colocam-se os efeitos que resultam do cruzamento de pontos fortes ou fracos com oportunidades ou ameaças. Os pontos fortes e pontos fracos representam o que o concelho e, em particular, o PDM em vigor possui de vantagens/bom e desvantagens/mau, respectivamente. As oportunidades e ameaças representam o que a 1.ª revisão do PDM vem trazer que seja considerado uma vantagem/bom e desvantagem/mau para os pontos fortes/fracos. O desenvolvimento deste quadro foi feito com base na consideração de que se, por exemplo, existe uma oportunidade identificada na 1.ª revisão do PDM que determina um efeito potencialmente positivo, este efeito vai ter significâncias diferentes consoante o PDM em vigor integre esse aspecto ou não, ou seja, reflecta um ponto forte ou ponto fraco.



Governança

	Oportunidades	Ameaças
Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none">• Participação dos agentes sociais (incluindo a população) no processo da 1.ª revisão do PDM e respectiva AAE• Atração de novos agentes sociais (e fixação dos existentes), com consequente alargamento da participação, diversificação da interacção e enriquecimento de debate entre os mesmos• Maior disponibilização e facilidade de acesso à informação aos agentes sociais• Aumento das interacções e da partilha de responsabilidades entre os agentes sociais• Interacção entre os agentes sociais envolvidos no processo da 1.ª revisão do PDM e na AAE respectiva e na sua posterior implementação• Articulação entre os novos processos de AIA e EIncA e a AAE da 1.ª revisão do PDM, com processos de AIA e EIncA enquadrados e mais eficazes	<ul style="list-style-type: none">• A utilização das novas tecnologias da comunicação e informação, nomeadamente a internet e o SIG podem não ser os veículos de divulgação de informação mais adequados para determinados públicos-alvo
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none">• Rigor na delimitação dos espaços pela utilização das novas tecnologias da comunicação e informação no desenvolvimento e, consequente actualização da base cartográfica• Compatibilização do PDM revisto com outros instrumentos de gestão territorial (superiores e outros planos municipais), instrumentos estratégicos relevantes e quadros legislativos	-

*Biodiversidade e Paisagem*

	Oportunidades	Ameaças
Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none">• Conservação da floresta da Laurissilva e da paisagem natural• Presença da RAN e da REN, enquanto condicionantes, nas servidões administrativas e restrições de utilidade pública do Regulamento proposto	-
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none">• Definição da Estrutura Ecológica Municipal (EEM) no concelho da Calheta• Definição territorial da REN• Definição territorial da RAN	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de regulamentação específica para a EEM• Ausência de aposta evidente no turismo de mar/serra nos Regulamentos do PDM em vigor e proposto• Ausência de protecção das áreas de Zambujal junto à ZEC Moledos - Madalena do Mar• Ausência de protecção das populações de <i>Chamaemeles coriacea</i>• Ausência de articulado que fomente acções de recuperação da vegetação indígena ou de prevenção de incêndios em zonas agrícolas abandonadas/ na floresta exótica

*Desenvolvimento Humano*

	Oportunidades	Ameaças
Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none">• Aproveitamento dos espaços disponíveis não habitados para instalação de actividades económicas e mobilização de meios associados ao bem-estar da população• Aumento do nível de vida das populações (poder de compra, emprego e rendimentos)• Aumento da reabilitação de edifícios, associado à valorização e requalificação do património histórico e cultural• Aumento de bons hábitos de mobilidade• Melhoria da rede de saúde existente	-
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none">• Criação de condições para fixar jovens, aproveitando as equipamentos colectivos, infra-estruturas e serviços a criar• Melhoria do ensino e aumento da atracção dos jovens para a escola• Aumento da atractividade do município de forma a evitar a migração da população• Criação de novos equipamentos de Acção Social de apoio a idosos	-

*Dinâmicas socioeconómicas*

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none">• Implementação do eixo estratégico da "Promoção e Sustentabilidade"• Atracção de investimento e novas actividades económicas• Promoção da Competitividade das empresas• Desenvolvimento de infra-estruturas	-
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none">• Alteração do tecido produtivo• Qualificação dos recursos humanos• Valorização do espaço rural	-

*Ordenamento do Território*

	Oportunidades	Ameaças
Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none">• Determinação de UOPG para requalificação urbana• Determinação de UOPG do Paúl do Mar e do Jardim do Mar indo ao encontro do preconizado no POTRAM• Determinação de UOPG do Campo de Golfe da Ponta do Pargo• Reforço do ordenamento do domínio hídrico com definição do DPH, EEM e Espaços Naturais• Reforço da delimitação de zonas industriais, não só em solo urbano (como acontecia no PDM em vigor) como em solo rural	<ul style="list-style-type: none">• Eventual ausência de delimitação das áreas residenciais em meio rural que se localizem em áreas de densificação do povoamento periurbano (POTRAM)
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento de PP/PU para requalificação urbana nas unidades operativas de planeamento e gestão• Desenvolvimento de PP/PU do Paúl do Mar e do Jardim do Mar• Desenvolvimento de UOPG do Campo de Golfe da Ponta do Pargo• Definição da EEM• Desenvolvimento da Carta de Risco, com identificação das áreas com risco de erosão• Determinação territorial da RAN e da REN, com eventual diminuição da pressão construtiva em áreas sensíveis• Delimitação de zonas turísticas	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de especificação na proposta de PDM de troços de linhas de água e cabeceiras que necessitem, no concelho, de recuperação• Ausência de distinção entre áreas agrícolas em uso e áreas agrícolas abandonadas• Ausência de incentivo aos modos de produção tradicional, integrada e/ou biológica na proposta de PDM, tal como preconizado no PDES 2007-2013

*Valorização Ambiental e Cultural*

	Oportunidades	Ameaças
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none">Boa qualidade da água que se mantém com a 1.ª revisão do PDM	<ul style="list-style-type: none">Degradação da qualidade do ar junto às rodovias e junto às novas áreas turísticasDegradação do ambiente sonoro junto às rodovias e junto às novas áreas turísticasEventual incapacidade das infra-estruturas de abastecimento de água e de recolha de resíduos darem resposta às novas solicitações e terem que ser reestruturadasDesaparecimento da categoria de espaços Espaços urbanos antigos ou históricosAusência de dinamização do Património - Associação Património – Turismo na vertente concernente ao conceito de “Património Vivo”
Pontos fracos	<ul style="list-style-type: none">Avaliação dos fluxos de resíduos provenientes das actividades industriais e de resíduos de Construção e DemoliçãoMelhoria da mobilidade da população dentro do concelhoLocais com acessosDesenvolvimento da freguesia Ponta do Pargo e dos investimentos que se encontram a decorrerConcertação social com eventual geração de medidas de gestão do patrimónioClassificação de imóveis como de interesse concelhio, conduzindo à sua protecção e provável recuperação e gestão	<ul style="list-style-type: none">As infra-estruturas existentes, principalmente os sistemas de recolha e tratamento de águas residuais (actualmente já insuficientes), poderão não ser capazes de dar resposta às novas solicitações e terem que ser reestruturadasAusência de um inventário exaustivo do Património Cultural concelhio conducente ao seu conhecimento e divulgação;Eventualidade de projectos de obras públicas e privadas afectarem elementos patrimoniais por ausência de inventariação de tais elementos;Perda de Identidade Local e da Memória Colectiva.

*Alterações Climáticas e Energia*

	Oportunidades	Ameaças
Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none">• Aumento do aproveitamento do potencial para a produção de energia eólica• Contributo para o cumprimento de metas nacionais e internacionais• Aumento da receita do município	<ul style="list-style-type: none">• Potencial conflito devido à implementação de infra-estruturas de produção de energia eólica em Solo Rural (arribas e escarpas)
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none">• Aumento da eficiência energética do concelho• Diminuição da elevada dependência dos combustíveis fósseis• Redução das emissões de GEE•	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de espaços específicos para a implantação de infra-estruturas de produção energética a partir de fontes renováveis• Risco de incêndios florestais com incidência em áreas urbanas• Inexistência de zonas de protecção entre as áreas florestais e urbanas• Escasso articulado específico para prevenção de incêndios no edificado• Diminuição da capacidade de resposta ao avanço da vegetação em altitude• Ausência de estrutura flexível de protecção de biodiversidade

*Riscos Naturais e Tecnológicos*

	Oportunidades	Ameaças
Pontos Fortes	-	-
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração de Carta de Risco de Cheias• Melhoria da capacidade de resposta a situações de cheias• Elaboração de Carta de Risco de Escorregamentos e Queda de Blocos• Melhoria da capacidade de resposta a situações de escorregamentos e/ou queda blocos	-



6. MEDIDAS DE GESTÃO E CONTROLO

6.1. Medidas de Gestão

As medidas de gestão apresentadas no quadros seguintes, para cada FCD, têm como objectivo prevenir, reduzir, ou, sempre que possível, eliminar os efeitos negativos resultantes da implementação da 1.ª revisão do PDMC, bem como potenciar os efeitos positivos expectáveis.



6.1.1. Governança

Oportunidades		Ameaças		
Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	
Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> Participação dos agentes sociais (incluindo a população) no processo da 1.ª revisão do PDM e respectiva AAE 	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a participação dos agentes sociais, incluindo da população em geral na Governança municipal 	<ul style="list-style-type: none"> A utilização das novas tecnologias da comunicação e informação, nomeadamente a internet e o SIG podem não ser os veículos de divulgação de informação mais adequados para determinados públicos-alvo 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o acesso à informação a determinados públicos-alvo através da utilização de veículos de comunicação e disponibilização adequados (não utilização das novas tecnologias da comunicação e informação) Desenvolver acções de formação relativas à utilização de novas tecnologias da comunicação e informação para determinados públicos-alvo, nomeadamente a população mais idosa
	<ul style="list-style-type: none"> Atracção de novos agentes sociais (e fixação dos existentes), com consequente alargamento da participação, diversificação da interacção e enriquecimento de debate entre os mesmos 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o aumento e diversificação da interacção entre os agentes sociais 		
	<ul style="list-style-type: none"> Maior disponibilização e facilidade de acesso à informação aos agentes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o acesso dos agentes sociais à informação, com a disponibilização e divulgação da informação 		



	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none">Aumento das interações e da partilha de responsabilidades entre os agentes sociais	<ul style="list-style-type: none">Assegurar o desenvolvimento de interações entre os agentes sociais, assentes na partilha de responsabilidades (nomeadamente através de relações de parcerias em diversas áreas de intervenção)		
	<ul style="list-style-type: none">Interação entre os agentes sociais envolvidos no processo da 1.ª revisão do PDM e na AAE respectiva e na sua posterior implementação	<ul style="list-style-type: none">Promover a interação e comunicação entre os agentes sociais envolvidos no processo da 1.ª revisão do PDM e AAE e na respectiva implementação		
	<ul style="list-style-type: none">Articulação entre os novos processos de AIA e EIncA e a AAE da 1.ª revisão do PDM, com processos de AIA e EIncA enquadrados e mais eficazes	<ul style="list-style-type: none">Disponibilizar informação relativa à AAE da 1.ª revisão do PDM para utilização nos processos de AIA e EIncAAssegurar que os processos de AIA e EIncA têm em consideração as orientações da AAE da 1.ª revisão do PDM		



	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> Rigor na delimitação dos espaços pela utilização das novas tecnologias da comunicação e informação no desenvolvimento e, consequente actualização da base cartográfica 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização das novas tecnologias da comunicação e informação no desenvolvimento da base cartográfica da 1.ª revisão do PDM 	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> Compatibilização do PDM revisto com outros instrumentos de gestão territorial (superiores e outros planos municipais), instrumentos estratégicos relevantes e quadros legislativos 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a compatibilização do PDM revisto com outros instrumentos de gestão territorial, instrumentos estratégicos relevantes e quadros legislativos aplicáveis 		



6.1.2. Biodiversidade e Paisagem

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da floresta de Laurissilva e da paisagem natural • Presença da RAN e da REN, enquanto condicionantes, nas servidões administrativas e restrições de utilidade pública do Regulamento revisto 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a manutenção da floresta da Laurissilva, matos de altitude e paisagem natural • Garantir a correcta integração da RAN e a REN nas condicionantes do PDM da Calheta 		
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> • Definição da EEM no concelho da Calheta 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a implementação da EEM no concelho da Calheta 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de regulamentação específica para a EEM 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir normas gerais para a EEM, que integrem sempre as normas específicas das restrições de utilidade pública e categorias de espaço que integram a EEM
			<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de aposta no turismo de mar/serra nos Regulamentos do PDM em vigor e revisto 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a aposta municipal no turismo de mar/serra



	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fracos (cont.)			<ul style="list-style-type: none"> Ausência de protecção das áreas de Zambujal junto à ZEC Moledos – Madalena do Mar Ausência de protecção das populações de <i>Chamaemeles coriacea</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a protecção das áreas sensíveis de flora e vegetação identificadas Garantir a protecção das áreas sensíveis de flora e vegetação identificadas
	<ul style="list-style-type: none"> Definição territorial da REN 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a implementação da REN na planta de condicionantes do PDM da Calheta 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de articulado que fomenta acções de recuperação da vegetação indígena ou de prevenção de incêndios em zonas agrícolas abandonadas/ na floresta exótica 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a protecção das áreas sensíveis de flora e vegetação identificadas e áreas que se consigam identificar como de risco de incêndio (apesar da ausência de PMDFCI)
	<ul style="list-style-type: none"> Definição territorial da RAN 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a implementação da RAN na planta de condicionantes do PDM da Calheta 		
	<ul style="list-style-type: none"> Identificação, na Planta de Condicionantes, da ZEC Moledos – Madalena do Mar 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a correcta delimitação na Planta de Condicionantes da ZEC Moledos – Madalena do Mar 		

6.1.3. Desenvolvimento Humano

Oportunidades		Ameaças	
Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none">Aproveitamento dos espaços disponíveis não habitados para instalação de actividades económicas e mobilização de meios associados ao bem-estar da população	<ul style="list-style-type: none">Assegurar o aproveitamento dos espaços disponíveis não habitados para instalação de actividades económicas e mobilização de meios associados ao bem-estar da população, em consonância com o crescimento económico da RAMAssegurar a melhoria da qualidade de vida das populações, nomeadamente ao nível do poder de compra concelhio, do emprego e do rendimento	-
	<ul style="list-style-type: none">Aumento da reabilitação de edifícios, associado à valorização e requalificação do património histórico e cultural	<ul style="list-style-type: none">Assegurar a reabilitação de edifícios, como medida de valorização e requalificação do património histórico e naturalRecuperar o parque habitacional do concelhoRevitalizar os espaços públicos	-



	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fortes (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Aumento de bons hábitos de mobilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar as áreas pedonais e cicláveis no concelho, em particular na zona urbana Melhorar a oferta de transportes públicos Realizar campanhas de sensibilização para a utilização de transportes mais sustentáveis Realizar inquéritos às populações para aferir as suas necessidades 		
	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da rede de saúde existente 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o desenvolvimento de equipamentos e recursos humanos adequados 		
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> Criação de condições para fixar jovens, aproveitando os equipamentos colectivos, infra-estruturas e serviços a criar 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de incentivos não financeiros à fixação de jovens (por exemplo: cedências de espaços; elaboração de estudos de viabilidade) 		
	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria do ensino e aumento da atracção dos jovens para as escolas 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir a Taxa de Analfabetismo Aperfeiçoamento dos programas de formação profissional Promover campanhas relacionadas com as escolas para atrair os jovens 	-	-



	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fracos (cont.)	<ul style="list-style-type: none">Aumento da atractividade do município de forma a evitar a migração da população	<ul style="list-style-type: none"> Lançamento de actividades de lazer e de tempos livres, abrangendo todos os estratos etários		
	<ul style="list-style-type: none"> Criação de novos equipamentos de Acção Social de apoio a idosos	<ul style="list-style-type: none"> Efectuar um estudo para determinar as necessidades futuras Face aos resultados do estudo anterior, propor a criação de novos equipamentos deste tipo		



6.1.4. Dinâmicas Socioeconómicas

		Oportunidades		Ameaças	
		Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> Implementação do eixo estratégico da "Promoção e Sustentabilidade" 	<ul style="list-style-type: none"> Aproveitamento da terciarização da economia para aumentar o rendimento disponível das populações e das empresas 			
	<ul style="list-style-type: none"> Atracção de investimento e novas actividades económicas 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de sistemas de incentivos não financeiros de atracção de empresas, acompanhado de um Plano de Marketing Público 	-	-	
	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da Competitividade das empresas 	<ul style="list-style-type: none"> Criação e desenvolvimento de novos instrumentos financeiros que permitam a alavancagem da actividade 			
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de infra-estruturas 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de quadros de apoio à melhoria das acessibilidades 			
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> Alteração do tecido produtivo 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a formação profissional nas áreas de alta ou média tecnologia, como forma de atrair empresas dos ramos respectivos 			
	<ul style="list-style-type: none"> Qualificação dos recursos humanos 	<ul style="list-style-type: none"> Aproveitamento (em termos de emprego) das novas e mais avançadas qualificações dos recursos humanos 	-	-	
	<ul style="list-style-type: none"> Valorização do espaço rural 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de Planos de Protecção e Gestão, apoiando os proprietários de áreas com condições desfavorecidas ou elevado valor natural 			



6.1.5. Ordenamento do Território

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> Determinação de UOPG para requalificação urbana 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a existência das UOPG definidas na proposta de PDM 	<ul style="list-style-type: none"> Eventual ausência de delimitação das áreas residenciais em meio rural que se localizem em áreas de densificação do povoamento periurbano (POTRAM) 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar, caso se identifiquem, a delimitação de áreas residenciais em meio rural que se localizem em áreas de densificação do povoamento periurbano (como determinado no POTRAM) e que necessitem de recuperação
	<ul style="list-style-type: none"> Determinação de UOPG do Paúl do Mar e do Jardim do Mar indo ao encontro do preconizado no POTRAM 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a existência das UOPG do Paúl do Mar e do Jardim do Mar no Regulamento 		
	<ul style="list-style-type: none"> Determinação de UOPG do Campo de Golfe da Ponta do Pargo 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a existência da UOPG do Campo de Golfe da Ponta do Pargo 		
	<ul style="list-style-type: none"> Reforço do ordenamento do domínio hídrico com definição do DPH, EEM e Espaços Naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que o domínio hídrico é alvo de ordenamento no PDM por definição do DPH, EEM e Espaços Naturais 		
	<ul style="list-style-type: none"> Reforço da delimitação de zonas industriais, não só em solo urbano (como acontecia no PDM em vigor) como em solo rural 	<ul style="list-style-type: none"> Acautelar a delimitação das zonas industriais em solo urbano e rural no PDM 		



	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de PP/ PU para requalificação urbana nas unidades operativas de planeamento e gestão 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a elaboração de PP/ PU para as UOPG definidas no período de vigência do PDM 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de especificação na proposta de PDM de troços de linhas de água e cabeceiras que necessitem, no concelho, de recuperação 	<ul style="list-style-type: none"> Equacionar o estudo e determinação de troços de linhas de água e cabeceiras que necessite de intervenção no concelho da Calheta
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de PP/ PU do Paúl do Mar e do Jardim do Mar 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a elaboração de PP/ PU para o Paúl do Mar e Jardim do Mar no período de vigência do PDM 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de distinção entre áreas agrícolas em uso e áreas agrícolas abandonadas 	<ul style="list-style-type: none"> Acautelar a distinção entre áreas agrícolas em uso e áreas agrícolas abandonadas no PDM
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de PU do Campo de Golfe da Ponta do Pargo 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o desenvolvimento do PU do Campo de Golfe da Ponta do Pargo no período de vigência do PDM 		
	<ul style="list-style-type: none"> Definição da EEM 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a presença da EEM no PDM da Calheta 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de incentivo as modos de produção tradicional, integrada e/ou biológica na proposta de PDM, tal como preconizado no PDES 2007-2013 	<ul style="list-style-type: none"> Equacionar o fomento, em PDM, dos modos de produção tradicional, integrada e/ou biológica
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento da Carta de Risco, com identificação das áreas com risco de erosão 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a existência e aplicação da Carta de Risco no PDM da Calheta 		



	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fracos (cont.)	<ul style="list-style-type: none">Determinação territorial da RAN e da REN, com eventual diminuição da pressão construtiva em áreas sensíveis	<ul style="list-style-type: none">Assegurar a delimitação da RAN e REN no PDM da Calheta (com eventual diminuição da pressão construtiva em áreas sensíveis)		
	<ul style="list-style-type: none">Delimitação de zonas turísticas	<ul style="list-style-type: none">Assegurar a delimitação em PDM e desenvolvimento de áreas turísticas no concelho da Calheta		



6.1.6. Valorização Ambiental e Cultural

Oportunidades		Ameaças	
Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> Boa qualidade da água que se mantém com a 1.ª revisão do PDM 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o cumprimento da legislação em vigor referente à qualidade da água 	<ul style="list-style-type: none"> Degradação da qualidade do ar junto às rodovias e junto às novas áreas turísticas 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o cumprimento da legislação em vigor referente à qualidade do ar
		<ul style="list-style-type: none"> Degradação do ambiente sonoro junto às rodovias e junto às novas áreas turísticas 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que o RGR é cumprido Propor um conjunto de medidas com o intuito de reduzir as incompatibilidades existentes ao nível do ruído
		<ul style="list-style-type: none"> Eventual incapacidade das infra-estruturas de abastecimento de água e de recolha de resíduos darem resposta às novas solicitações e terem que ser reestruturadas 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que a actual rede de abastecimento de água e de recolha de resíduos tem capacidade para dar resposta às novas necessidades
		<ul style="list-style-type: none"> Desaparecimento da categoria de espaços Espaços urbanos antigos ou históricos 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a existência de categorias de espaço que assegurem a preservação do património (espaços urbanos antigos ou históricos, património arqueológico e etnográfico)



RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL

DA 1.ª REVISÃO DO PDM DA CALHETA

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fortes (cont.)			<ul style="list-style-type: none"> Ausência de dinamização do Património - Associação Património - Turismo na vertente concernente ao conceito de "Património Vivo" 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a integração dos espaços turísticos na revisão do PDM com ligação à identidade cultural e elementos patrimoniais Promover a formação na área dos antigos ofícios (técnicas de construção tradicionais orientadas para a recuperação patrimonial) Criação de uma estrutura única - Gabinete Técnico de Património Cultural - reconhecida em PDM, que assegure, entre outros, a promoção de uma estratégia de Turismo de Qualidade
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação dos fluxos de resíduos provenientes das actividades industriais e de resíduos de Construção e Demolição 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar os fluxos de resíduos provenientes das actividades industriais e de resíduos de Construção e Demolição 	<ul style="list-style-type: none"> As infra-estruturas existentes, principalmente os sistemas de recolha e tratamento de águas residuais (actualmente já insuficientes), poderão não ser capazes de dar resposta às novas solicitações e terem que ser reestruturadas 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que a actual rede de recolha e tratamento de águas residuais tem capacidade para dar resposta às novas necessidades e propor medidas para a sua adaptação
	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da mobilidade da população dentro do concelho Locais com acessos 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir que a construção de novas vias e extensão de algumas já existentes melhore a mobilidade da população 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de um inventário exaustivo do Património Cultural concelhio conducente ao seu conhecimento e divulgação; 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a realização de um inventário exaustivo do Património Cultural concelhio conducente ao seu conhecimento e valorização, para protecção municipal



RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL

DA 1.ª REVISÃO DO PDM DA CALHETA

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fracos (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento da freguesia Ponta do Pargo e dos investimentos que se encontram a decorrer 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar que a conclusão da VE 3/ER101 promove o desenvolvimento da freguesia da Ponta do Pargo 	<ul style="list-style-type: none"> Eventualidade de projectos de obras públicas e privadas afectarem elementos patrimoniais por ausência de inventariação de tais elementos; 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a realização de um inventário exaustivo do Património Cultural concelhio conducente ao seu conhecimento e valorização, para protecção municipal
	<ul style="list-style-type: none"> Concertação social com eventual geração de medidas de gestão do património 	<p>Assegurar os processos de concertação social, nomeadamente chamando à participação os agentes culturais, no processo da 1.ª revisão do PDM e respectiva AAE</p>	<ul style="list-style-type: none"> Perda de Identidade Local e da Memória Colectiva 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de uma estrutura única – Gabinete Técnico de Património Cultural - reconhecida em PDM, que assegure a sistematização, protecção e divulgação do património local Realização de inventários para dar suporte consistente ao conhecimento das tradições locais, assim como servir de sustentáculo ao processo de construção da memória colectiva, com acções de retorno social de divulgação
	<ul style="list-style-type: none"> Classificação de imóveis como de interesse concelhio, conduzindo à sua protecção e provável recuperação e gestão 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a classificação dos imóveis que justifiquem a classificação como de interesse concelhio 	-	-



6.1.7. Alterações Climáticas e Energia

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do aproveitamento do potencial para a produção de energia eólica 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de uma Estratégia de Promoção para as Energias Alternativas e Eficiência Energética 	<ul style="list-style-type: none"> Potencial conflito devido à implementação de infra-estruturas de produção de energia eólica em Solo Rural (florestas e matos) 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de espaços com qualificação específica para a implantação de infra-estruturas de produção de energia eólica
	<ul style="list-style-type: none"> Contributo para o cumprimento de metas nacionais e internacionais 			
	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da receita do município 			
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da eficiência energética do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de uma Estratégia de Promoção para as Energias Alternativas e Eficiência Energética 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de espaços específicos para a implantação de infra-estruturas de produção energética a partir de fontes renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de espaços com qualificação específica para a implantação de infra-estruturas de produção de energia eólica
	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição da elevada dependência dos combustíveis fósseis 		<ul style="list-style-type: none"> Risco de incêndios florestais com incidência em áreas urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção, em sede de Regulamento do PDM, de medidas de prevenção contra incêndios incidentes na construção de edificado
	<ul style="list-style-type: none"> Redução das emissões de GEE 		<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de zonas de protecção entre as áreas florestais e urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um perímetro de protecção entre as zonas urbanas e as zonas florestais



RESUMO NÃO TÉCNICO DO RELATÓRIO AMBIENTAL

DA 1.ª REVISÃO DO PDM DA CALHETA

Oportunidades		Ameaças	
Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
-	-	<ul style="list-style-type: none"> • Escasso articulado específico para prevenção de incêndios no edificado 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção, em sede de Regulamento do PDM, de medidas de prevenção contra incêndios incidentes na construção de edificado (materiais com maior índice de resistência ao fogo)
		<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição da capacidade de resposta ao avanço da vegetação em altitude 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de uma estrutura flexível de protecção para a biodiversidade
-	-	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de estrutura flexível de protecção de biodiversidade 	



6.1.8. Riscos Naturais e Tecnológicos

	Oportunidades		Ameaças	
	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão	Efeitos Significativos	Medidas de Gestão
Pontos Fortes	-	-	-	-
Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de Carta de Risco de Cheias 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a adequada consideração da carta de risco de cheias na planta de ordenamento 	-	-
	<ul style="list-style-type: none"> Criação da condicionante "Protecção a Riscos Naturais" 			
	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da capacidade de resposta a situações de cheias 			
	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de Carta de Risco de Escorregamentos e Queda de Blocos 	<ul style="list-style-type: none"> Promover a adequada consideração da carta de risco de escorregamento e queda de blocos na planta de ordenamento 		
	<ul style="list-style-type: none"> Criação da condicionante "Protecção a Riscos Naturais" 			
	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da capacidade de resposta a situações de escorregamentos e/ou queda blocos 			



6.2. Medidas de Controlo/Programa de seguimento

Para que a 1.ª revisão do PDMC apresente uma contribuição efectiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local e regional, foi desenvolvido um conjunto de medidas de controlo e que fazem parte do programa de seguimento a implementar. Sendo assim, estas, fazendo parte da monitorização, visam avaliar e controlar os efeitos imprevistos significativos decorrentes da execução da 1.ª revisão do PDMC permitindo aplicar medidas de correcção adequadas. No Quadro 3 são apresentadas as respectivas medidas.



Quadro 3 - Medidas de controlo por FCD.

	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Governança	• Fomentar a participação pública	• Avaliar a participação dos agentes sociais na Governança do município	• N.º e tipologia de agentes sociais envolvidos	N.º	
		• Avaliar o desenvolvimento e diversificação da interacção entre os agentes sociais	• N.º de formas de interacção	N.º	
	• Facilitar o acesso à informação	• Estimar a existência de veículos de disponibilização de informação de modo rápido e facilmente acessível, com recorrência às novas tecnologias da comunicação e informação	• N.º de locais com informação disponível	N.º	
		• Estimar a existência de veículos de disponibilização da informação a determinados públicos-alvo, sem a utilização das novas tecnologias da comunicação e informação	• N.º de locais com informação disponível	N.º	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Governança (cont.)		<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a realização de acções de formação sobre a utilização de novas tecnologias da comunicação e informação 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de acções de formação realizadas 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o rigor da delimitação dos espaços 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a utilização das novas tecnologias da comunicação e informação no desenvolvimento da base cartográfica do PDM revisto 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de utilização de novas tecnologias da comunicação e informação 	%	
	<ul style="list-style-type: none"> Partilha de responsabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a criação de interacções entre os agentes sociais, nomeadamente parcerias, acordos e mecanismos de cooperação, na implementação de políticas, planos e projectos 	<ul style="list-style-type: none"> N.º e tipologia de interacções existentes entre os agentes sociais 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Compatibilização com outros instrumentos de gestão territorial, instrumentos estratégicos relevantes e quadros legislativos aplicáveis 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a compatibilização do PDM revisto com outros instrumentos de gestão territorial, instrumentos estratégicos relevantes e quadros legislativos 	<ul style="list-style-type: none"> Compatibilização com outros instrumentos de gestão territorial, instrumentos estratégicos relevantes e quadros legislativos aplicáveis 	S/N	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Biodiversidade e Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a conservação dos ecossistemas e do património natural Preservação e valorização do património natural 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a área de matos de altitude no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Área ocupada por matos de altitude 	Área	
		<ul style="list-style-type: none"> Determinar a existência de protecção ao Zambujal junto à ZEC Moledos – Madalena do Mar no PDM da Calheta 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de articulado referente à protecção do Zambujal junto à ZEC Moledos – Madalena do Mar 	Presença/ausência	
		<ul style="list-style-type: none"> Determinar a existência de protecção, no Regulamento do PDM, à espécie <i>Chamaemeles coriacea</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de articulado referente à protecção da espécie <i>Chamaemeles coriacea</i> 	Presença/ausência	
	<ul style="list-style-type: none"> Proteger o carácter e a diversidade da paisagem 	<ul style="list-style-type: none"> Determinar a existência de articulado, no Regulamento do PDM, que fomenta acções de recuperação da vegetação indígena e de prevenção de incêndios em zonas agrícolas abandonadas/ na floresta exótica 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de articulado referente à recuperação de vegetação indígena e de prevenção de incêndios em zonas agrícolas abandonadas/ na floresta exótica 	Presença/ausência	
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar os corredores ecológicos 	<ul style="list-style-type: none"> Estimar a área ocupada por EEM 	<ul style="list-style-type: none"> Área ocupada por EEM 	Área	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a integração da RAN e da REN nas condicionantes do PDM da Calheta 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de RAN e REN nas condicionantes do PDM da Calheta 	Presença/ausência	
		<ul style="list-style-type: none"> Estimar a área ocupada por REN 	<ul style="list-style-type: none"> Área ocupada por REN 	Área	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Biodiversidade e Paisagem (cont.)		<ul style="list-style-type: none"> Estimar a área ocupada por RAN 	<ul style="list-style-type: none"> Área ocupada por RAN 	Área	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a existência de normas gerais para a EEM no PDM da Calheta 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de normas gerais para a EEM no PDM da Calheta 	Presença/ausência	
	<ul style="list-style-type: none"> Efectivar medidas de gestão florestal 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a área de Floresta de Laurissilva no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Área ocupada por Laurissilva 	Área	
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a compatibilização com o ordenamento e as opções de gestão do Parque Natural da Madeira e os sítios integrados na Rede Natura 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a existência de delimitação, na Planta de Condicionantes, da ZEC Moledos - Madalena do Mar 	<ul style="list-style-type: none"> Delimitação, na Planta de Condicionantes, da ZEC Moledos - Madalena do Mar 	Presença/ausência	
	<ul style="list-style-type: none"> Reforço da identidade do território 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a integração do turismo de serra/ mar no PDM da Calheta 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de articulado referente ao turismo de serra/ mar no Regulamento 	Presença/ausência	
Desenvolvimento Humano	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a coesão económica e social Aumentar o rendimento disponível 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar o aproveitamento dos espaços disponíveis não habitados para instalação de actividades económicas 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de implementações de actividades económicas em espaços disponíveis não habitados 	N.º	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Desenvolvimento Humano (cont.)		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a melhoria da qualidade de vida das populações, nomeadamente ao nível do poder de compra concelhio, do emprego e do rendimento 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e seus sub-índices 	A dos próprios indicadores	
			<ul style="list-style-type: none"> Índice do Poder de Compra 		
			<ul style="list-style-type: none"> Ganho médio da população 		
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a criação da Agência de Desenvolvimento com um sistema de informação controlador da evolução dos vários indicadores¹ 	<ul style="list-style-type: none"> Criação da Agência de Desenvolvimento 	Presença/Ausência	
	<ul style="list-style-type: none"> Qualificar o nível de vida 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a melhoria da qualidade de vida das populações, nomeadamente ao nível do poder de compra concelhio, do emprego e do rendimento 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e seus sub-índices 	A dos próprios indicadores	
			<ul style="list-style-type: none"> Índice do Poder de Compra 		
		<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a reabilitação de edifícios 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de acções de reabilitação de edifícios 	N.º	
		<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a recuperação do parque habitacional do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de acções de reabilitação do parque habitacional 	N.º	

¹ A Agência de Desenvolvimento deverá funcionar como uma entidade que faz a gestão e controla a evolução destes indicadores, estando por essa razão presente neste quadro de Medidas de Controlo.



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Desenvolvimento Humano (cont.)		<ul style="list-style-type: none">Avaliar a revitalização dos espaços públicos	<ul style="list-style-type: none">N.º de acções de requalificação dos espaços públicos	N.º	
		<ul style="list-style-type: none">Avaliar o desenvolvimento das áreas pedonais e cicláveis	<ul style="list-style-type: none">N.º de áreas pedonais e cicláveis	N.º	
		<ul style="list-style-type: none">Avaliar a oferta de transportes públicos	<ul style="list-style-type: none">N.º de transportes públicos	N.º	
		<ul style="list-style-type: none">Avaliar a realização de campanhas de sensibilização para a utilização de transportes mais sustentáveis	<ul style="list-style-type: none">N.º de campanhas realizadas	N.º	
		<ul style="list-style-type: none">Avaliar a realização de inquéritos às populações para aferir as suas necessidades	<ul style="list-style-type: none">N.º de inquéritos realizados às populações	N.º	
		<ul style="list-style-type: none">Avaliar o desenvolvimento de actividades de lazer e de tempos livres, abrangendo todos os estratos etários	<ul style="list-style-type: none">N.º de actividades de lazer e tempos livres/estrato etário	N.º	
		<ul style="list-style-type: none">Avaliar a criação de incentivos não financeiros à fixação de jovens (por exemplo: cedências de espaços; elaboração de estudos de viabilidade)	<ul style="list-style-type: none">Incentivos não financeiros para os jovens	Presença/Ausência	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Desenvolvimento Humano (cont.)		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a criação da Agência de Desenvolvimento com um sistema de informação controlador da evolução dos vários indicadores 	<ul style="list-style-type: none"> Criação da Agência de Desenvolvimento 	Presença/Ausência	
	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o intercâmbio cultural e social 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a taxa de analfabetismo 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de analfabetismo 	A dos próprios indicadores	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o bom desenvolvimento de programas de formação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de empregabilidade dos formandos 	%	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o desenvolvimento de campanhas relacionadas com as escolas para atrair os jovens 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de campanhas realizadas 	N.º	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a criação da Agência de Desenvolvimento com um sistema de informação controlador da evolução dos vários indicadores 	<ul style="list-style-type: none"> Criação da Agência de Desenvolvimento 	Presença/Ausência	
	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria dos cuidados de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a melhoria dos cuidados de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de Farmácias existentes no concelho 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de Centros de Saúde/Extensões de Saúde em funcionamento no concelho 	N.º	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Desenvolvimento Humano (cont.)			• N.º de clínicas em funcionamento no concelho	N.º	
			• N.º de habitantes por médico	N.º	
			• Taxa de ocupação de camas nos estabelecimentos de saúde	%	
		• Avaliar a evolução da criação de equipamentos de Acção Social de apoio a idosos	• N.º de equipamentos de Acção Social de apoio a idosos	N.º	
Dinâmicas Socioeconómicas	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificar o tecido produtivo • Aumentar a atractividade 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar o volume de negócios das empresas do sector terciário • Monitorizar o número de novas empresas estabelecidas no sector terciário 	• Evolução sectorial do volume de negócios das empresas	N.º	
		<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar os instrumentos financeiros e não financeiros de alavancagem de actividades 	• N.º de instrumentos financeiros / não financeiros	N.º	
		<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a existência de um Plano de Marketing Público 	• Plano de Marketing Público para atracção de empresas	Presença/ausência	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Dinâmicas Socioeconómicas (cont.)		<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar as acções de formação profissional nas áreas de alta ou média tecnologia 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de acções profissionais nas áreas de alta e média tecnologia 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o emprego 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a taxa de empregabilidade no sector terciário 	<ul style="list-style-type: none"> Índice de emprego ou pessoal ao serviço nas empresas 	%	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a empregabilidade de recursos humanos altamente qualificados 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de empregabilidade de recursos humanos altamente qualificados 	%	
	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política integrada de planeamento, uso e gestão do solo 	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar o desenvolvimento dos projectos e acções associados ao ordenamento do território, com forte impacto na economia local 	<ul style="list-style-type: none"> Projectos e acções desenvolvidos por categoria de espaço 	N.º	
		<ul style="list-style-type: none"> Aferir a existência de apoios a melhoria de acessibilidades 	<ul style="list-style-type: none"> Apoios a melhoria de acessibilidades 	Presença/ ausência	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a existência de planos de protecção e gestão de áreas rurais com condições desfavorecidas ou de elevado valor natural 	<ul style="list-style-type: none"> Planos de protecção e gestão de áreas rurais com condições desfavorecidas ou de elevado valor natural 	N.º	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Ordenamento do Território	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política integrada e coordenada de ordenamento, gestão e planeamento do território, que vise assegurar quer a sua protecção, valorização e qualificação ambiental e paisagística, quer o seu desenvolvimento económico e equidade social 	<ul style="list-style-type: none"> Determinar a presença da EEM no PDM da Calheta 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de EEM no PDM da Calheta 	Presença/ ausência	
		<ul style="list-style-type: none"> Aferir a pressão construtiva em áreas de RAN e REN 	<ul style="list-style-type: none"> Solo impermeabilizado em RAN e REN 	Hectare/ hectare	
	<ul style="list-style-type: none"> Controlar a dinâmica de urbanização e edificação Reduzir a dispersão urbana 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a integração das UOPG definidas na proposta de Regulamento no PDM da Calheta 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de definição das UOPG definidas na proposta de Regulamento 	Presença/ ausência	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a elaboração de PP/ PU para as UOPG definidas no período de vigência do PDM 	<ul style="list-style-type: none"> PP/PU das UOPG definidas 	Presença/ ausência	
	<ul style="list-style-type: none"> Diminuir assimetrias territoriais e sociais 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a integração da UOPG do Campo de Golfe da Ponta do Pargo no Regulamento do PDM 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de definição das UOPG da Ponta do Pargo no Regulamento 	Presença/ ausência	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Ordenamento do Território (cont.)		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a elaboração do PU do Campo de Golfe da Ponta do Pargo no período de vigência do PDM 	<ul style="list-style-type: none"> PU do Campo de Golfe da Ponta do Pargo 	Presença/ ausência	
		<ul style="list-style-type: none"> Aferir a presença de áreas turísticas no Regulamento do PDM 	<ul style="list-style-type: none"> Definição de Áreas Turísticas em PDM, tanto em solo rural como urbano 	Presença/ ausência	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o crescimento turístico no concelho da Calheta 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de empreendimentos turísticos nas áreas turísticas 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a compatibilização com os planos de ordenamento do território hierarquicamente superiores 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a integração das UOPG de Paúl do Mar e Jardim do Mar no PDM da Calheta 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de definição da UOPG de Paúl do Mar e Jardim do Mar no Regulamento 	Presença/ ausência	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a elaboração de PP/PU para o Paúl do Mar e Jardim do Mar no período de vigência do PDM 	<ul style="list-style-type: none"> PP/PU do Paúl do Mar e Jardim do Mar 	Presença/ ausência	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Ordenamento do Território (cont.)		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar, caso se identifiquem, a existência de delimitação de áreas residenciais em meio rural que se localizem em áreas de densificação do povoamento periurbano (como determinado no POTRAM) 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de delimitação de áreas residenciais em meio rural que se localizem em áreas de densificação do povoamento periurbano 	Presença/ ausência	
		<ul style="list-style-type: none"> Aferir o enquadramento do domínio hídrico no Regulamento do PDM 	<ul style="list-style-type: none"> Protecção do Domínio Hídrico com definição em PDM do mesmo em DPH e dentro da EEM e da categoria de Espaços Naturais 	Presença/ ausência	
		<ul style="list-style-type: none"> Aferir a integração em PDM dos troços e cabeceiras de linhas de água específicos que necessitem de requalificação 	<ul style="list-style-type: none"> Definição em PDM de troços e cabeceiras de linhas de água específicos do concelho da Calheta enquanto áreas a necessitar de requalificação 	Presença/ ausência	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Ordenamento do Território (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a compatibilização com o ordenamento e as opções de gestão do Parque Natural da Madeira e os sítios integrados na Rede Natura 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a existência de delimitação, na Planta de Condicionantes, de REN (que integra o PNM e a Rede Natura 2000) e RAN 	<ul style="list-style-type: none"> Delimitação, na Planta de Condicionantes, de REN e RAN 	Presença/ ausência	
	<ul style="list-style-type: none"> Localizar as áreas industriais em locais adequados 	<ul style="list-style-type: none"> Determinar a existência de identificação de áreas industriais no Regulamento e Planta de Ordenamento 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de categoria relativa a zonas industriais/ empresariais no Regulamento e Planta de Ordenamento 	Presença/ ausência	
	<ul style="list-style-type: none"> Controlar os processos de erosão do solo, promovendo um desenvolvimento rural sustentado e a reconversão para agricultura biológica 	<ul style="list-style-type: none"> Determinar a integração da Carta de Risco do concelho no PDM 	<ul style="list-style-type: none"> Presença da Carta de Risco do concelho no PDM da Calheta 	Presença/ ausência	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a integração da distinção entre áreas agrícolas em uso e áreas agrícolas abandonadas no PDM 	<ul style="list-style-type: none"> Distinção de áreas agrícolas em uso e áreas agrícolas abandonadas no Regulamento e Planta de Ordenamento 	Presença/ ausência	
		<ul style="list-style-type: none"> Determinar a existência em PDM de incentivos aos modos de produção tradicionais e biológica ou integrada 	<ul style="list-style-type: none"> Presença em PDM de incentivos aos modos de produção tradicionais e biológicos ou integrados 	Presença/ ausência	
			<ul style="list-style-type: none"> Área agrícola reconvertida 	<ul style="list-style-type: none"> Hectares 	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Valorização Ambiental e Cultural	• Garantir uma boa qualidade do ar	• Avaliar o cumprimento da legislação em vigor referente à qualidade do ar	• Índice de qualidade do ar	%	
			• N.º de dias em que se verificam excedências às normas da qualidade do ar	N.º	
	• Redução do ruído ambiente	• Avaliar o cumprimento do RGR	• N.º de situações em que o valor de ruído medido superou o estabelecido em RGR	N.º	
			• Avaliar o ruído ambiente nos locais onde existem e possam existir incompatibilidades	%	
	• Garantir a fiabilização e modernização dos sistemas públicos de abastecimento de água e a efectiva cobertura e a qualidade dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais	• Avaliar o cumprimento da legislação em vigor referente à qualidade da água	• Qualidade da água superficial e subterrânea	Unidade variável para cada parâmetro a analisar	
			• N.º de incumprimentos existentes ao nível da qualidade da água de abastecimento em relação à legislação em vigor	Unidade variável para cada parâmetro a analisar	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Valorização Ambiental e Cultural (cont.)		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da percentagem de população servida por sistemas de abastecimento de água no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população servida por sistema de abastecimento de água no concelho 	%	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da percentagem de população servida por sistema de recolha e tratamento de águas residuais no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população servida por sistema de recolha e tratamento de águas residuais no concelho 	%	
	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma gestão integrada e sustentável dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da percentagem de população servida por sistema de recolha de RSU no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de população servida por um sistema de recolha selectiva de RSU no concelho 	%	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a evolução da quantidade de RSU, plástico, papel e vidro produzidos por habitante no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de RSU, plástico, papel e vidro produzidos por habitante no concelho 	ton	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar os fluxos de resíduos das actividades industriais e de resíduos de Construção e Demolição 	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de resíduos industriais produzidos por ano no concelho 	ton	
			<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de resíduos de Construção e Demolição produzidos por ano no concelho 	ton	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Valorização Ambiental e Cultural (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da rede viária, da mobilidade da população e do desenvolvimento de freguesias mais periféricas 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o n.º de novas vias 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de novas vias 	N.º	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar os efeitos da construção das novas vias e a extensão de algumas delas na mobilidade da população 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo médio de deslocação entre freguesias 	min	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o desenvolvimento da freguesia da Ponta do Pargo 	<ul style="list-style-type: none"> Equipamentos e infra-estruturas construídos na freguesia da Ponta do Pargo 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Preservação e valorização do património arqueológico e arquitectónico 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a existência de um inventário exaustivo do Património Cultural concelhio conducente ao seu conhecimento e valorização, para protecção municipal 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas arqueológicas identificadas 		
			<ul style="list-style-type: none"> Imóveis com interesse patrimonial identificados 		



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Valorização Ambiental e Cultural (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Reforço da identidade do território 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorar a realização de inventários para dar suporte consistente ao conhecimento das tradições locais, assim como servir de sustentáculo ao processo de construção da memória colectiva, com acções de retorno social de divulgação 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de acções (inventários, acções de divulgação, etc.) dirigidas ao conhecimento das tradições locais 	N.º	
	<ul style="list-style-type: none"> Promover um programa de dinamização cultural em redor do património e cultura local 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a integração dos espaços turísticos no PDM com ligação à identidade cultural e elementos patrimoniais 	<ul style="list-style-type: none"> Classificação de espaços turísticos, em PDM, assegurando a ligação dos mesmos à identidade cultural e elementos patrimoniais 	Presença/ausência	
	<ul style="list-style-type: none"> Promover ganhos sociais e económicos através de uma política de gestão de património 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorar a promoção de formação na área dos antigos ofícios (técnicas de construção tradicionais orientadas para a recuperação patrimonial) 	<ul style="list-style-type: none"> Acções de formação na área de antigos ofícios 	N.º	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Valorização Ambiental e Cultural (cont.)		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a criação de uma estrutura única – Gabinete Técnico de Património Cultural - reconhecida em PDM, que assegure, entre outros, a promoção de uma estratégia de Turismo de Qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> Gabinete Técnico de Património Cultural, reconhecido em PDM, e integrando a componente de Turismo 	Presença/ausência	
	<ul style="list-style-type: none"> Dotar os órgãos políticos do concelho de ferramentas de apoio à decisão sobre políticas culturais e projectos a desenvolver 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a existência de processos de concertação social, nomeadamente chamando à participação os agentes culturais, no processo da 1.ª revisão do PDM e respectiva AAE 	<ul style="list-style-type: none"> Processos de participação pública no decorrer da 1.ª revisão do PDM 	N.º	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a criação de uma estrutura única – Gabinete Técnico de Património Cultural - reconhecida em PDM, que assegure a sistematização, protecção e divulgação do património local 	<ul style="list-style-type: none"> Gabinete Técnico de Património Cultural, reconhecido em PDM 	Presença/ausência	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Valorização Ambiental e Cultural (cont.)	<ul style="list-style-type: none"> Definição de uma perspectiva de futuro em relação à Património local 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a existência de categorias de espaço que assegurem a preservação do património (espaços urbanos antigos ou históricos, património arqueológico e etnográfico) 	<ul style="list-style-type: none"> Categorias de espaço/ Normas de protecção e valorização do património arqueológico e arquitectónico 	Presença/ ausência ou N.º	
Alterações Climáticas e Energia	<ul style="list-style-type: none"> Promover a produção e o consumo de energias alternativas e o aproveitamento dos recursos endógenos renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a implementação da Estratégia de Promoção para as Energias Alternativas e Eficiência Energética 	<ul style="list-style-type: none"> Percentagem de produção energética renovável/ não renovável 	%	
			<ul style="list-style-type: none"> Receitas do município provenientes da produção de energia eólica 	EUR	
			<ul style="list-style-type: none"> Estratégia de promoção para as energias alternativas e eficiência energética 	Presença/Ausência	
		<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a criação de espaços com qualificação específica para a implantação de infra-estruturas de produção de energia renovável 	<ul style="list-style-type: none"> Consignação em PDM de espaços cujo uso compatível inclui a implementação de infra-estruturas de energias renováveis 	Presença/Ausência	



Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada	
Alterações Climáticas e Energia (cont.)		<ul style="list-style-type: none"> Área destinada em planta de ordenamento para a implantação de infra-estruturas de produção de energia renovável 	m ²		
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a eficiência energética 	<ul style="list-style-type: none"> Monitorizar a implementação da Estratégia de Promoção para as Energias Alternativas e Eficiência Energética 	<ul style="list-style-type: none"> Taxa de consumo de energia renovável 	$\frac{MW_{\text{produzida renovável}}}{MW_{\text{produzida total}}}$	
			<ul style="list-style-type: none"> N.º de edifícios com certificação energética 	N.º	
			<ul style="list-style-type: none"> Estratégia de promoção para as energias alternativas e eficiência energética 	Presença/Ausência	
			<ul style="list-style-type: none"> Emissões de GEE por actividade emissora 	ton	
			<ul style="list-style-type: none"> Taxa de recuo da linha de costa por erosão 	m/ano	
	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a protecção das zonas urbanas contra incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar a criação de um perímetro de protecção entre as zonas urbanas e as zonas florestais Monitorizar a implementação de medidas de prevenção contra incêndios incidentes 	<ul style="list-style-type: none"> N.º de zonas de protecção criadas entre as áreas florestais e as zonas urbanas 	N.º	
<ul style="list-style-type: none"> Articulado no PDM que crie perímetros de protecção entre áreas florestais e áreas urbanas 			Presença/Ausência		



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Alterações Climáticas e Energia (cont.)		na construção de edificado como o uso de materiais com índice mais elevado de resistência ao fogo	• Articulado no PDM que incida sobre normas de construção de edificado adjacente a áreas florestais com materiais resistentes ao fogo	Presença/Ausência	
			• N.º de incêndios em áreas urbanas	N.º	
			• N.º depósitos de reserva de água para abastecimento, com dimensão mínima de 4.000 litros	N.º	
	• Assegurar a conservação dos ecossistemas e <i>habitats</i>	• Avaliar o desenvolvimento da estrutura flexível de protecção para a biodiversidade	• Avanço da floresta de Laurissilva em altitude	m	
			• Estrutura flexível de protecção de ecossistemas e biodiversidade	Presença/Ausência	
	Riscos Naturais e Tecnológicos	• Minimizar os impactes das cheias	• Avaliar a adequação da carta de risco de cheias na planta de ordenamento	• Consideração da carta de risco na planta de ordenamento	S/N
• N.º de ocorrências de cheias				N.º	



	Objectivo de Sustentabilidade	Medidas de controlo	Indicadores	Unidade de medida	Evolução esperada
Riscos Naturais e Tecnológicos (cont.)	• Minimizar os impactes dos escorregamentos e queda de blocos	• Avaliar a adequação da carta de risco de escorregamento e queda de blocos na planta de ordenamento	• Consideração da carta de risco na planta de ordenamento	S/N	
			• Taxa de recuo da linha de costa por erosão	m/ano	

	Muito negativa
	Negativa
	Sem alterações significativas
	Positiva
	Muito Positiva



7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A implementação da 1.ª revisão do PDM, tal como se encontra proposto, acarreta efeitos essencialmente positivos ao nível dos factores críticos para a decisão Governança, Desenvolvimento Humano e Dinâmicas Socioeconómicas. No entanto, fazem-se sentir efeitos negativos ao nível dos factores Ordenamento do Território e Valorização Ambiental e Cultural. O factor crítico das Alterações Climáticas e Energia apresenta efeitos negativos e positivos.

Ao nível da **Governança**, esperam-se particulares efeitos positivos no que respeita aos processos de participação pública e na aplicação das mais recentes tecnologias da comunicação e informação, para conferir um maior rigor no desenvolvimento da base cartográfica do PDM (em particular pela utilização de SIG) e para facilitar o acesso dos munícipes à informação, nomeadamente através da internet. A utilização de SIG poderá também facilitar o acesso e a troca de informação entre entidades.

No que respeita ao **Desenvolvimento Humano**, os efeitos positivos relacionam-se com a melhoria da qualidade de vida das populações, em particular ao nível do poder de compra concelhio e do emprego, decorrente do desenvolvimento de actividades económicas, realidade no concelho e na totalidade da RAM. Estes e outros aspectos, como sejam a qualificação do parque habitacional e de espaços públicos, infra-estruturas, entre outros, contribuem para a fixação das populações no concelho da Calheta, em particular dos jovens.

As **Dinâmicas Socioeconómicas** tiram partido dos aspectos referidos, uma vez que essas condições determinam uma maior atractividade do concelho para novos negócios e empresas, particularmente, no momento actual, ao nível do sector terciário. A dinamização empresarial, por sua vez, contribui para a taxa de empregabilidade da população, para a formação de quadros qualificados e conseqüente desenvolvimento humano e económico do concelho.

Ao nível do **Ordenamento do Território** regista-se como positiva a definição de UOPG que contribuem para a dinâmica de edificação e urbanização de aglomerados



urbanos, salientando-se no entanto que estas UOPG estavam já definidas no PDM em vigor e precisam agora de aplicação no território com a definição de IGT municipais que concretizem as intenções que lhes estão subjacentes. Outro aspecto positivo é a definição da Estrutura Ecológica Municipal no PDM. É de salientar a classificação de zonas industriais e a delimitação de categorias e sub-categorias de áreas turísticas, bem como a UOPG do Campo de Golfe da Ponta do Pargo.

Outros aspectos positivos prendem-se com a intervenção no Paúl do Mar e Jardim do Mar, bem como com a compatibilização com um dos pontos preceituados no POTRAM, a ordenação do domínio hídrico, a diminuição da pressão constante em áreas sensíveis e a definição territorial da REN e RAN na proposta de Regulamento e Planta de Condicionantes.

Contudo, os principais efeitos negativos da presente revisão do PDM da Calheta ao nível deste FCD prendem-se com o facto de não serem especificados troços de linhas de água e cabeceiras que necessitem de recuperação, não serem equacionados modos de produção tradicional, integrada e/ou biológica, e a proposta de Regulamento não distinguir áreas agrícolas aproveitadas de áreas agrícolas abandonadas.

No que diz respeito à **Biodiversidade e Paisagem**, os principais efeitos positivos prendem-se com o facto da RAN e REN se encontrarem integradas na proposta de Regulamento, a REN proposta integrar as “Áreas ocupadas com floresta de Lauráceas ou Matos de Altitude”, a instituição da figura de EEM e a inclusão da ZEC Moledos – Madalena do Mar na Planta de Condicionantes.

O factor **Valorização Ambiental e Cultural** apresenta efeitos positivos e negativos relevantes. Na vertente **ambiental**, os principais efeitos positivos prendem-se com a melhoria da rede viária e conseqüente aumento da mobilidade das populações, o que irá contribuir para um maior desenvolvimento das freguesias mais periféricas do concelho. Os principais efeitos negativos fazem-se sentir ao nível da insuficiência das infra-estruturas, em particular do sistema de recolha e tratamento de águas residuais. Na vertente **cultural**, os efeitos são principalmente



negativos pelo facto de no PDM proposto ter desaparecido a categoria de espaço, dentro do solo urbano, de Espaço urbano antigo ou histórico e de se encontrar ausente na proposta de Regulamento articulado que ligue o turismo ao património cultural.

No que toca às **Alterações Climáticas e Energia**, os efeitos positivos prendem-se com a tendência crescente para a certificação energética dos edifícios o que converge com as questões estratégicas da proposta de PDM no âmbito da eficiência energética.

Por fim, no que toca aos **Riscos Naturais e Tecnológicos**, os efeitos positivos prendem-se com a elaboração da Carta de Risco (de cheias e escorregamento e queda de blocos) efectuada no âmbito da 1.ª revisão do PDM, identificando áreas de risco elevado de escorregamento e queda de blocos, compatibilizando a Planta de Ordenamento com as mesmas.

As principais recomendações gerais da AAE são:

- 1- Assegurar uma eficaz participação pública e meios de fácil acesso à informação pelos munícipes;
- 2- Assegurar rigor da cartografia e compatibilização do PDM com IGT e legislação específica;
- 3- Garantir a qualidade de vida das populações;
- 4- Dar continuidade às intenções de desenvolvimento urbano consignadas em PDM;
- 5- Colmatar carências infra-estruturais, nomeadamente ao nível do saneamento;
- 6- Valorizar e preservar o património cultural (*sensu lato*) e natural;



- 7- Manter actualizada a Planta de Condicionantes C – Susceptibilidade ao Risco, e implementar medidas para protecção das populações face ao risco de incêndio.